



## **O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ\***

**Rafael Benevides de Sousa**

**Jéssica Paulino dos Santos**

**Kelly Cristina Martins Fonseca dos Santos**

---

### **RESUMO**

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica sobre o processo de territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará. Os objetivos se dão no âmbito de compreender os elementos e especificidades que corresponde a essa territorialização nessa parte da Amazônia. A metodologia de pesquisa foi feita por meio do levantamento bibliográfico e de dados documentais secundários da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que nos possibilitou o entendimento desse campesinato regional. Como resultado e discussão desse trabalho, destacamos as complexidades da questão agrária que se intensifica nessa região a partir da década de 1950, os impactos sociais dos projetos de desenvolvimento, a migração camponesa e a luta pela terra-território. Destacamos ainda que o sul e sudeste do Pará são umas das regiões brasileiras com maior número de assentamentos rurais, demonstrando a força camponesa e dos movimentos e entidades sociais nesse campo em disputa.

**Palavras-chave:** Territorialização camponesa, conflitos agrários, luta pela terra-território, sul e sudeste do Pará

### **EL PROCESO DE TERRITORIALIZACIÓN CAMPESINA EN EL SUR Y SURESTE DE PARÁ, EN BRASIL**

### **RESUMEN**

Este artículo es el resultado de una investigación bibliográfica sobre el proceso de territorialización campesina en el sur y sureste de Pará. Los objetivos son comprender los elementos y especificidades que corresponden a esta territorialización en esta parte de la Amazonía. La metodología de investigación se llevó a cabo a través de una encuesta bibliográfica y datos documentales secundarios de la Comisión Pastoral de la Tierras (Comissão Pastoral da Terra – CPT), lo que nos permitieron comprender este campesinado regional. Como resultado y discusión de este trabajo, destacamos las complejidades la cuestión agraria que se intensificado en esta región desde la década de 1950, los impactos sociales de los proyectos de desarrollo, la migración campesina y la lucha por la tierra-

territorio. Destacamos además que el sur y sureste de Pará son una de las regiones brasileñas con mayor número de asentamientos rurales, lo que demuestra la fuerza campesina y de los movimientos y entidades sociales en este campo en disputa.

**Palabras claves:** territorialización campesina, conflictos agrarios, lucha por el territorio territorial, sur y sureste de Pará

## **THE PROCESS OF PEASANT TERRITORIALIZATION IN THE SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ, IN BRAZIL**

### **ABSTRACT**

This article is a result of a bibliographic research on the process of peasant territorialization in the south and southeast of Pará. The aim is to provide understanding of the elements and specificities that correspond to this territorialization in this part of the Amazon. The research methodology consisted of a survey of bibliography and documentary secondary data from the Pastoral Land Commission (Comissão Pastoral da Terra – CPT), which allows us to have a better understanding of the regional peasantry. As a result and a discussion of this work, we highlight the complexities of the agrarian issue that has intensified in this region since the 1950s, the social impacts of the development projects, the peasant migration and the struggle for land-territory. It is also emphasized that the south and southeast of Pará are one of the Brazilian regions with the largest number of rural settlements, demonstrating the strength of the peasants and social movements and entities in this disputed countryside.

**Keywords:** Peasant territorialization, agrarian conflicts, struggle for land-territory, south and southeast of Pará

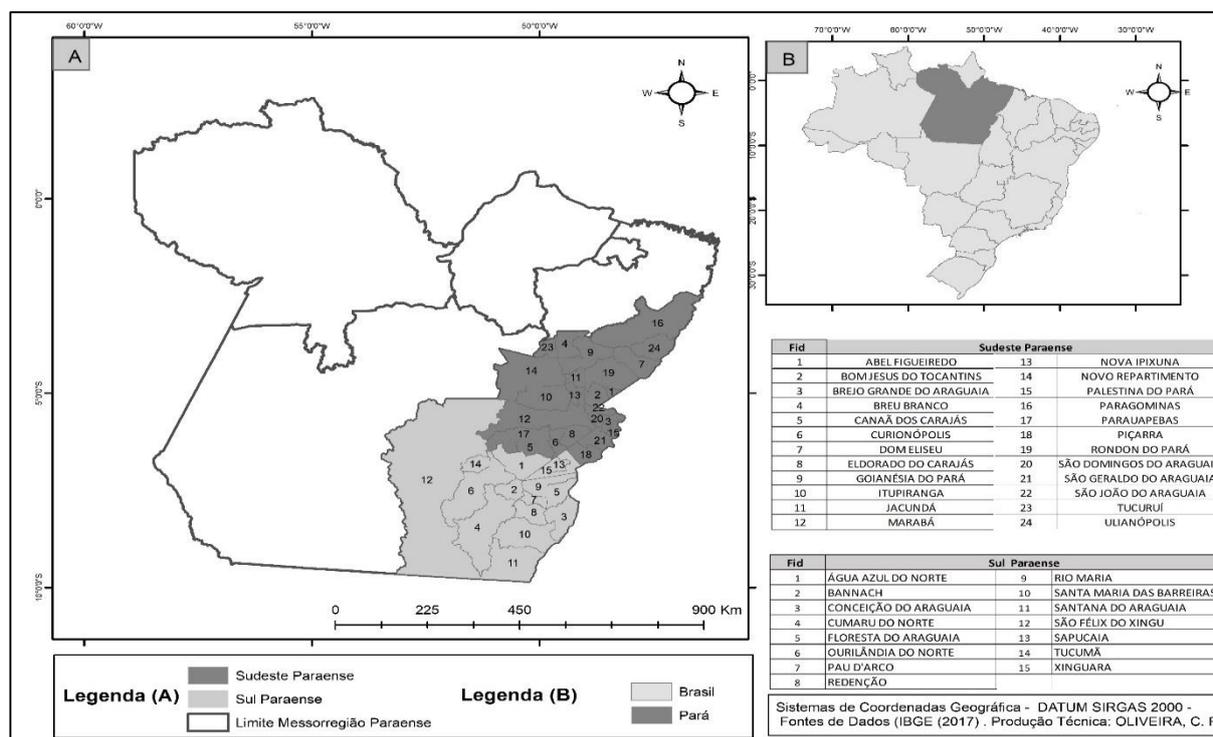
### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem o objetivo de compreender o processo de territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará, refletindo sobre uma parcela da população camponesa amazônica que tem participado da produção do espaço agrário dessa região. O exercício de pensar as territorializações e territorialidades camponesas no contexto amazônico acontece acerca das lutas e conflitos agrários e dos movimentos sociais em busca da terra liberta e da autonomia da vida no campo.

Para este trabalho, de forma mais específica, buscamos compreender as singularidades que constituem a territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará, partindo do entendimento que este campesinato está envolvido nas complexidades agrárias regionais que se abriram após a década de 1950, originárias dos processos desencadeados pelas políticas públicas de integração nacional.

Na atual divisão territorial do Estado do Pará, o sul e o sudeste paraenses são compostos por 39 municípios (ver mapa 01). Essa parte da Amazônia é considerada uma das regiões mais conflituosas do Brasil, com alto índices de mortes de camponeses, religiosos, advogados e lideranças políticas do/no campo.

Mapa 01: Municípios do sul e sudeste do Pará.



Dos intensos conflitos agrários na região do sul e sudeste paraense, encontramos um expressivo número de assentamentos rurais, contabilizando mais 500 projetos de assentamentos somente nessa região até 2017. As unidades administrativas de Marabá (77 assentamentos), Novo Repartimento (35 assentamentos), Itupiranga (35 assentamentos), Conceição do Araguaia (35 assentamentos) e São João do Araguaia são os municípios que apresentam maior número de projetos de reforma agrária.

O grande número de projetos de assentamentos rurais nessa região demonstra um foco de tensão entre os grandes projetos desenvolvimentistas agropecuários e a população camponesa junto aos movimentos sociais (MST, MAM, MAB, entre outros) e entidades políticas (CPT e STR). Dos *fronts* da luta, os camponeses têm conseguido a conquista da terra e do território.

Em razão do processo de ocupação do espaço amazônico, surgiu uma questão agrária no sul e sudeste do Pará problematizada a partir das edificações capitalistas que têm sido incorporadas à captura da natureza. Tal efeito gera uma geografia da violência no campo gestada de um lado pelos grandes empreendimentos capitalistas de desenvolvimento, e de

outro, uma política da morte – necropolítica (MEMBE, 2019)– e de silenciamento dos movimentos insurgentes.

Registremos que a geografia da violência na Amazônia indica sua maior intensidade exatamente na área onde mais efetivamente se fizeram presentes as ações desse modelo de desenvolvimento, ou seja, ali onde maior foi a extensão de estradas construídas, de hidrelétricas e de grandes empresas de exploração mineral, além de maior número de fazendas pecuaristas e de empresas do setor madeireiro, ou seja, no sul e sudeste do Pará, na Amazônia maranhense e no estado de Tocantins, na tristemente famosa região do Bico do Papagaio. (GONÇALVES, 2010, p. 109)

Desse processo, destacamos a mineração e a agropecuária como dois setores da economia regional (com influência nacional e global) que interferem na lógica de apropriação do espaço, constituindo uma assimilação da terra concebida como negócio, transformando a natureza em recurso econômico, culminando nos intensos conflitos agrários na região pesquisada.

Contrário ao cerceamento dos empreendimentos capitalistas lançados para Amazônia, emergem os levantes populares via ação camponesa na luta da terra liberta (MUSUMECI, 1985). Os trabalhadores camponeses atrelados aos movimentos sociais começam a reivindicar o direito à terra, questionando o modelo conservador de dominação e concentrador de latifundiários especuladores e grileiros.

Surge desse processo a territorialização de parte da população camponesa da Amazônia e, de forma particular, no sul e sudeste do Pará. Essa territorialização ocorre por meio das ocupações e dos projetos de assentamentos, os quais têm assegurado às famílias camponesas o direito social à terra e ao território.

Partindo dessa perspectiva, busca-se como método de análise espacial de investigação do sul e sudeste do Pará a abordagem territorial, entendendo que “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’.” (HAESBAERT, 2009). Desse modo, o território passa a ser visto enquanto processos de apropriação e dominação do espaço geográfico por uma determinada relação de poder, possibilitando o entendimento das ações camponesas por meio dos aspectos político, econômico e simbólico-cultural. A luta pela terra-território tem reconfigurado o debate acerca da questão agrária, expandindo novas frentes de conflitos fundiários e agrários.

Entendemos que a territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará não acontece de forma homogênea, havendo, portanto, a existência de especificidades que corroboram a partir da migração, da luta pela terra, das estratégias de reprodução social, da ação territorial

dos movimentos sociais, e da própria atuação do Estado em corresponder ou não às perspectivas das famílias camponesas.

A metodologia de pesquisa tem sido feita inicialmente a partir da revisão bibliográfica sobre o campesinato e a questão agrária regional. Os trabalhos de Martins (1980, 1995), Hébette (2004), Loureiro (2004) e Gonçalves (2010) nos elucidam questões pertinentes para compreendermos as complexidades agrárias e os elementos que constituem a territorialização camponesa nessa região paraense.

Desse modo, partimos do entendimento de que a resistência camponesa configura-se como um marco de resiliência e persistência desta classe trabalhadora, que reivindica a função social da terra promulgada pela Constituição Federal de 1988, pela qual se reafirma a luta em favor da reforma agrária e da terra liberta. Com isso, o desafio desse trabalho é o de contribuir com o debate acerca da questão agrária na Amazônia e sobre os elementos que singularizam as territorializações e territorialidades camponesas nesta parte da Amazônia.

## **A INTENSIFICAÇÃO DOS CONFLITOS AGRÁRIOS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

A inclusão da Amazônia no cenário capitalista mundial, a partir da colonização, submete esta região a processos políticos e econômicos de origem externa ao seu *habitat*. Desde o início da invasão europeia, criou-se sobre essa parte dos trópicos úmidos o imaginário do eldorado a ser conquistado e da natureza a ser domada. Isso conduziu aos mecanismos de apropriação e exploração da natureza que, em diferentes contextos históricos, esteve propenso à reprodução capitalista, baseada em modelos exógenos de desenvolvimento e de modernidade.

Neste início de século XXI, a Amazônia continua sendo palco de estratégias do mercado global capitalista-neoliberal, que permanece a investir na capitalização da natureza por meio do que se denomina de desenvolvimento sustentável. Essa modernização sustentável conservadora tem ultrapassado os limites exploratórios dos ecossistemas, pressionando os territórios das populações agrária-extrativistas e tentando suprimir os direitos territoriais conquistados. Engendra-se, assim, uma composição territorial em disputa entre as *commodities* agroextrativistas internacionais e as populações de territorialidades específicas integradas a graus diferenciados de campesinidade e indígena.

Nesse campo em disputa, os empreendimentos capitalistas têm arquitetado estratégias de apropriação da natureza, criando mecanismos de aprisionamento e concentração da terra. Esse processo, que Almeida e Marin (2010) designam de agroestratégias, tem tentado criar o artifício da desterritorialização das populações tradicionais, para que, assim, a agroindústria empresarial de diferentes matrizes consiga territorializar-se em solo amazônico.

Consideramos como desterritorialização o conjunto designado como “agroestratégias”, que têm sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região amazônica, liberando-as tanto de condicionantes jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros e outras categorias sociais. (ALMEIDA; MARIN, 2010, p. 141)

A pressão dos grandes empreendimentos capitalistas sobre os territórios tradicionalmente ocupados é orquestrada pelo poder de decisão do Estado, que vem conferindo ao grande capital incentivos e manobras políticas para a expansão agroextrativista e pecuária no campo amazônico, o que, por sua vez, gera a compressão dos direitos territoriais das populações agrária-extrativistas e indígenas.

A Amazônia tornou-se uma fronteira de commodities. Dos seis grandes grupos de bens exportados pelo país – soja, carne, minérios, suco de laranja, petróleo e celulose – três deles vêm da Amazônia (carne, soja e minério). Eles são responsáveis, em grande parte, pela concentração fundiária, grilagem, pistolagem e conflitos em torno da terra, além de desmatamento acumulado. A Amazônia é hoje uma fronteira das commodities. (CASTRO, 2010, p. 114)

Dito isso, é possível compreender que dentro do processo de reprimarização das economias latino-americanas (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2012; ZIBECCHI, 2014), a Amazônia torna-se o espaço ideal para o investimento em *commodities*. Castro (2010) ressalta que “o Estado tem optado pela solução mais tradicional de desenvolvimento, ineficaz social e ambientalmente, que é a construção de grandes obras de infraestrutura para garantir a produção de bens primários de exportação.” (CASTRO, 2010, p. 115).

Além da exploração dos recursos naturais, o Estado engendra uma rede de infraestrutura em nível nacional e internacional<sup>1</sup>, que tem reordenado os territórios

---

<sup>1</sup> Como exemplo desse processo podemos destacar, em nível nacional, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, em escala latino-americana, a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Ambas iniciativas “inserem-se nesta estratégia na qual os Estados-Nacionais, suportados também pela financeirização imposta pelos organismos financeiros multilaterais, investem vultosas somas de capital excedente em megaprojetos de infraestrutura física transnacional, com a finalidade de estabelecer a interligação

tradicionais amazônicos por meio de uma rede de mobilidade, tanto para quem migra para as bordas desses empreendimentos em busca de emprego como para quem é forçado a migrar pela perda de seus direitos territoriais.

Compreendemos, assim, o resultado de uma aliança entre o capital e o Estado capitalista que tem exercido uma pressão sobre as populações agrária-extrativistas e indígenas. Esse movimento, enquanto vem ocasionando a expropriação-desterritorialização dessas populações, engendra territórios em resistências que buscam o reconhecimento dos seus direitos territoriais por meio do acionamento de territorialidades específicas.

Partindo da abordagem do território realizada por Haesbaert (2009), entende-se que as forças exercidas sobre o espaço geográfico podem orquestrar uma base territorial tanto material-concreta como também simbólico-cultural. Isso permite entendermos as multidimensionalidades de relações de poder manifestadas no território camponês, materializadas nos elementos que compõe as territorialidades em meios e contextos histórico-geográficos específicos.

Dentro dessa perspectiva, as relações sociais no campo são mediadas a partir das ações de poder geradoras de movimentos territoriais que divergem no espaço agrário, conformando territórios antagônicos, mas que também convergem em determinadas circunstâncias. Desse modo, no mesmo território pode ocorrer uma multidimensionalidade do poder, emergindo, assim, um território com múltiplas territorialidades (GONÇALVES, 2006; HAESBAERT, 2009).

Destarte, as diferentes formas de se apropriar e controlar o espaço geográfico resulta em uma diversidade territorial que é expressa pelos mecanismos e sutilezas de assimilação dos recursos da natureza, ora mediados por uma perspectiva economicista (território de negócio), ora com uma acomodação simbólico-cultural (território de morada e trabalho).

No espaço agrário, a dicotomia entre terra de negócio e terra de trabalho é resultado das diferentes configurações de apropriação e dominação do espaço geográfico, resultando em territórios que se atritam (MARTINS, 1980). Essa diferença gera uma conflitualidade, forjando uma disputa territorial entre territorialidades distintas.

A políticas neoliberais influenciaram nas disputas e ressignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação o [que] provocou reações de resistências [...]. O capitalismo se

---

intermultimodal e a interconectividade bioceânica, pois a dinamicidadedos fluxos econômicos internacionais nas últimas décadas se mostra mais volumosa e promissora no oceano Pacífico, em detrimento do oceano Atlântico.” (PAULINO et al., 2015, p. 312-313).

estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Essa produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. (FERNANDES, 2009, p. 201)

Nesse campo de força concebido pelas disputas territoriais emerge um movimento de resistência que qualifica o território numa perspectiva contrária ao modelo hegemônico dominante capitalista-neoliberal. Na América Latina são diversos os movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de seus territórios, buscando mecanismos para retornar ou continuar na terra.

Os grandes empreendimentos capitalistas e os realizados pelos Estados Nacionais engendram um reordenamento territorial para facilitar a territorialização do modelo de reprodução capitalista de capital por territórios nos quais populações camponesas e indígenas tradicionalmente habitam, sendo, portanto, territórios de vida, de trabalho, de pertencimento e ancestralidade.

É a partir desse embate que brota os territórios em resistências, como uma resposta às ações globais de dominação capitalista-neoliberal. As populações originárias e tradicionais da América Latina resistem às pressões sobre seus territórios a mais de cinco séculos, criando a cada geração um “novo” movimento territorial de resistência.

Na América Latina existem formas de vida heterogêneas, não assimiláveis pelas hegemônicas, porque os povos do nosso continente resistiram à dominação, potencializando suas diferentes formas de viver e, portanto, de ser. Reciprocamente, a diferença social e cultural tem permitido aos setores populares e indígenas resistir por cinco séculos de dominação. Para tornar viável a resistência, tiveram que fortalecer e aprofundar suas diferenças para com a cultura e a sociedade hegemônica [...]. Em nosso continente existem territórios heterogêneos, porque os povos do nosso continente resistiram e resistem à dominação, sustentando e criando territórios onde podem habitar os modos de vida não hegemônicos. Nem a diferença sociocultural, nem os territórios que hospedam são dados de realidade, mas construções cotidianas. Longe de serem essenciais, trata-se de criações e recriações permanentes. (ZIBECHI, 2015, p. 99).

Zibechi (2015), ao refletir sobre os territórios em resistência na América Latina, nos permite pensar acerca da conformação dos territórios em resistência na Amazônia, mais especificamente sobre os processos de territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará. A marcha camponesa em luta pela terra-território constitui-se em resistência justamente por compor um modo de vida não hegemônico, pautado nas relações cotidianas que partem de

uma convivialidade de reconhecimento da função social da terra. O território em resistência camponês é, portanto, fruto de um movimento campesino que carrega consigo o mesmo sentido de existência, assegurando na terra a formação de um território de vida que existe e resiste.

Por outro lado, os empreendimentos capitalistas têm se territorializado pelo espaço agrário brasileiro e latino americano, tanto pela ação das multinacionais como também pelo incentivo dos Estados Nacionais, que criam mecanismos para a exploração dos recursos da natureza dentro da ordem mundial capitalista-neoliberal.

Diante disso, para Loureiro (2009), a conformação das *commodities* na Amazônia revela-se um dos fatores determinantes ao empobrecimento da região, e para garantir o *superávit* primário, o Estado brasileiro vem incentivando cada vez mais o processo de exploração da natureza, ocasionando, conseqüentemente, o aprofundamento das desigualdades regionais.

Convém mencionar que a desigualdade entre as diversas regiões do país deve-se ao fato de que o mesmo tipo de relação espoliativa que se estabeleceu entre os países centrais e os periféricos se reproduz internamente no país. Assim, o país se beneficia quando consegue equilibrar suas contas valendo-se dos elevados saldos comerciais oriundos da mineração, da criação de gado e de outras *commodities*, que resultam numa contribuição superavitária que os estados produtores dessas *commodities* na Amazônia possibilitam. Mas isto se dá à custa do empobrecimento da região que perde recursos expressivos, e do conseqüente aumento das desigualdades entre as diversas regiões brasileiras. Este processo ocorre, claramente, em desfavor da Amazônia. (LOUREIRO, 2009, p. 65).

Diante dessa perspectiva, entendemos que no território brasileiro existe uma colonialidade externa e interna que recoloca a Amazônia dentro de um aspecto subalterno às diretrizes políticas de Estado do país – a Amazônia como colônia do Brasil<sup>2</sup>. Nesse processo, engendram-se incentivos públicos que reordenam o território, possibilitando a formação de *commodities* e atendendo aos interesses dos capitais nacional e estrangeiro.

Esse processo já foi evidenciado por Martins (1980), entre as décadas de 1970 e 1980, em pesquisa sobre o avanço da fronteira na Amazônia, demonstrando a territorialização de grupos econômicos na região.

O capitalismo articula num só tempo, ainda que em espaços distintos, a expropriação e a exploração, processo[s] que, a rigor, se deram separadamente na história clássica do capital. O mesmo grupo econômico, nacional ou multinacional, que utiliza técnicas sofisticadas e contratuais na exploração do trabalho do operário em São Paulo ou nas grandes capitais européias, utilizava a violência do jangunço, para

---

<sup>2</sup> Afirmação proferida pela Professora Dra. Violeta Refkalefsky Loureiro na mesa-redonda: “Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas”, do II Seminário Internacional América Latina: políticas e conflitos contemporâneos, em Belém/PA, 27 a 29 de novembro de 2017.

expropriar o posseiro na Amazônia e até mesmo emprega o trabalho escravo para abrir suas fazendas [...]. O quadro clássico do capitalismo nos mostra o capital se expandido à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores do campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra. Em nosso país esse processo não é assim tão claro nem assim tão simples. O capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquistando a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital. (MARTINS, 1980, p. 16-17).

A tese defendida por Martins (1980) nos permite compreender as contradições do desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia, de forma particular no sul e sudeste do Pará, que, mediante as territorializações de grupos econômicos, origina também a territorialização camponesa, praticando o que o autor denomina de “traição às leis do capital”.

Desse modo, observamos processos de territorializações na Amazônia que se divergem, conformando, a partir dos projetos de desenvolvimento regional e nacional, um modelo de dominação hegemônica capitalista e, por outro lado, os grupos sociais subalternizados nesse processo político de conformação territorial.

A territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. No campo, a territorialização ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que têm se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa. (FERNANDES, 2004, p. 273-274).

Em diálogo com Fernandes (2004), concebemos o processo de territorialização no espaço agrário por meio de forças antagônicas, constituídas por relações de poder que constituem territorialidades e territórios com lógicas de vida distintas. Contudo, é preciso frisar, que a territorialização camponesa não acontece de forma homogênea, havendo uma diferenciação a partir do meio geográfico inserido, do desenho que traçam na luta pela terra-território e das estratégias de sobrevivência/reprodução social.

A territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará intensifica-se com a abertura da Amazônia enquanto uma fronteira econômica. Nesse percurso, inicia-se uma disputa territorial envolvendo a luta pela terra, de um lado, temos uma massa de camponeses que foge da cerca e da seca nordestina e de outras partes do Brasil, e, de outro lado, os grileiros e latifundiários especuladores. Desse campo de força, intensificam-se os conflitos agrários com o aumento gradativo de mortes e massacres da população camponesa e de religiosos, sindicalistas e advogados.

## **A LUTA CAMPONESA NO SUL E SUDESTE DO PARÁ**

A luta camponesa no sul e sudeste do Pará intensificou-se a partir da década de 1950, quando teve início o gradual aumento de conflitos por terra envolvendo fazendeiros especuladores e grileiros e os camponeses-posseiros. Foi também nessa mesma década que acentuou-se a migração camponesa de outras partes do Brasil, principalmente de nordestinos, para esta parte da Amazônia.

Impulsionados por fatores sociais, como a concentração da terra em seus locais de origem, muitos camponeses migraram para Amazônia com o sonho da terra prometida pelo quimérico *slogan* “terra sem homens para homem sem terra”. Mas esse sonho terminou logo na chegada desses camponeses à fronteira, deparando-se com a terra em vias de cercamento pelo fogo e da violência das forças dominantes.

Entrando na luta pela terra-território, os camponeses encontraram nos movimentos sociais, na Igreja e nas entidades políticas um mecanismo de mediação para que pudessem reivindicar seus direitos, buscar por justiça e conquistar a terra. Os documentos sobre conflitos agrários do acervo arquivístico da Comissão Pastoral da Terra, com sede em Xinguara (sul do Pará), demonstram a ação territorial que a própria CPT e sindicatos, advogados, religiosos e movimentos sociais sofreram. Estas ações ainda ocorrem atualmente junto aos camponeses, no assessoramento de processos de conflitos agrários, sendo, portanto, uma base importante para a reafirmação do processo de territorialização camponesa no campo.

Almeida (2012, p. 14) destaca diferentes formas de territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará:

Os camponeses expressam o processo de territorialização de diferentes formas: a) através da construção de representações políticas como a versão regional da FETAGRI e do MST, b) organização de associações e cooperativas de produção, c) da visibilidade de suas demandas, d) acesso ao crédito, e) educação de turmas especiais de nível superior, f) vínculo e influência em prestadores de assistência técnica para os PA's, g) nomeação de PA's com nomes de dirigentes e apoiadores assassinados na disputa pela terra e, h) apropriação do discurso de suas demandas, antes mediado por parte da Igreja, partidos políticos e universidades

Em Almeida (2012), observa-se os elementos associativos à territorialização camponesa no sul e sudeste do Pará. Entende-se, contudo, que estes elementos não podem ser generalizados por toda a mesorregião, compreendendo a existência de outras especificidades que corroboram com as perspectivas das famílias camponesas, a partir da migração, da luta

pela terra, das estratégias de reprodução social, da ação territorial dos movimentos sociais, e da própria atuação do Estado.

Intensificam-se, por meio desse embate, os conflitos agrários na Amazônia e um movimento contra hegemônico de enfrentamento aos grandes projetos, fatos que culminaram em inúmeros conflitos, violência, massacres e mortes no campo quantificados nos últimos 70 anos.

As classes lesadas começam a distinguir entre um autêntico interesse comum da sociedade e os interesses reais dos grupos no poder, viabilizados naquela fase pelo Estado autoritário. Não mais aceitam o papel de agentes passivos da história social da região. Embora não detenham os mecanismos capazes de sustar ou reverter o processo, apreendem já o sentido da sobrevivência, na condição de grupos sociais rurais ameaçados pelo desapossamento da terra. E, em certo sentido, intuem a dimensão histórica e cultural da perda que este desapossamento da terra encerra. (LOUREIRO, 2004, p. 120).

Para Loureiro (2004), a história social do campesinato amazônico, de forma particular os que se encontram inseridos nos espaços dos grandes projetos, é marcada pelo conflito, refletindo como uma ação política do Estado e de agentes econômicos para com os grupos sociais subalternizados. Para a autora, o conflito agrário passou a fazer parte do cotidiano da vida social do homem (camponês) da Amazônia. O mesmo é apontado por Hébette (2004) que afiança uma rede de solidariedade entre as famílias camponesa para o enfrentamento na luta pela terra-território nesse espaço de conflito fundiário.

Houve casos em que os posseiros tiveram que ficar de pé de guerra para enfrentar a violência dos latifúndios; entrincheiravam-se durante semanas. Só trabalhavam em regime de mutirão, homens e mulheres, jovens e adultos unidos: uns na roça, outros na vigia, outros na cozinha. Outros associados de lugares diversos levavam-lhes comida, roupa, remédios e dinheiro. A solidariedade surgia como exigência da luta. Essa resistência solidaria, organizada, garantiu a permanência de muitos na terra – aliás, não só dos que se empenharam decididamente na defesa, como também de muitos outros, fracos, medrosos ou simplesmente individualistas e especuladores que ficaram à margem da luta. Esta impôs limites à violência dos gananciosos e temperou a audácia dos pistoleiros. Não acabou com o derramamento de sangue que, até hoje, continua; não eliminou o conflito que persistirá até que reformas institucionais sejam adotadas. Mas milhares de migrantes estão nos seus lotes e, a cada dia, novas terras são conquistadas. (HÉBETTE, 2004, p. 194).

Hébette (2004), ao cruzar a fronteira amazônica, nos elucida a repressão e o movimento de resistência do campesinato desta região, demonstrando a violência exercida para com as famílias que insistem em fazer do campo um espaço de morada. Desse modo, a territorialização camponesa compreende diversas circunstâncias que competem para a organização do espaço amazônico, constituindo múltiplos territórios de resistência frente aos projetos de desenvolvimento regional.

O sul e o sudeste do Pará têm se destacado como uma das principais regiões do Brasil onde vem ocorrendo processos constantes de territorialização camponesa, seja pela marcha de migrantes que constantemente chegam em busca de terra, seja pelas famílias expulsas de suas propriedades e que entram no movimento de luta pela terra, seja pelas famílias que têm conseguido a posse da terra em assentamentos rurais.

Atualmente, o modelo de desenvolvimento planejado para a Amazônia tem o intuito de fortalecer a demanda global das *commodities*, criando uma rede de infraestrutura para atender aos interesses das corporações nacionais e internacionais implantadas na região. Esse modelo de desenvolvimento emerge de forma contraditória, no qual se estrutura para atender aos agentes capitalistas e não à população local.

O conflito fundiário – traço característico da forma de ocupação da Amazônia pelo capital nacional e internacional, que se dá a partir dos anos 70 – desentranha sua vida e sua força do valor de mercado que a terra passou a ter após a integração da Amazônia, pelas estradas, ao resto do Brasil. Mas, o conflito encontra seu pretexto no caos fundiário gestado anteriormente. Desse caos se valeu o Estado em favor da classe dominante e do grande capital e em desfavor dos grupos subordinados e das populações naturais. Abdicando do papel de entidade política e ética capaz de arbitrar o conflito de interesses na sociedade, o Estado optou pelo capital e a ele foi transferindo, a partir de então, o controle sobre os homens e natureza da Amazônia, para grupos e classes privilegiados. (LOUREIRO, 2004, p. 66).

As observações de Loureiro (2004) demonstram a opção do Estado pelos agentes capitalistas que passam a explorar a Amazônia apenas pela captação do recurso, não se envolvendo com as territorialidades existentes por entre os grandes empreendimentos. Essa economia de enclave, ao passo que explora a natureza e transfere de imediato o lucro para as empresas globais, sinaliza para as populações ao entorno desses projetos uma inclusão excludente, pautada na subalternização dos sujeitos sociais do campo ao capital.

Os trabalhos de Hébette (2004) são essenciais para entender essa dinâmica territorial que se abre na Amazônia após a segunda metade do século XX. Para o autor,

Os anos 60 marcam uma nova direção na ocupação do sudeste do Pará. São agora pequenos lavradores que cruzam os rios Tocantins e Araguaia em busca de terra para cultivar. Representavam dois fluxos migratórios: um de direção leste-oeste, a partir dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí e, outro de direção sudeste-norte, a partir, principalmente, da região limítrofe aos Estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo. Eram o que os demógrafos chamam, um tanto ironicamente, o “excedente populacional” dessas regiões que exercia uma “pressão sobre a terra”, quando, na verdade, se trata de um excedente de latifúndios que pressiona e expulsa os trabalhadores. Esses dois fluxos já tinham alcançado o Extremo Norte de Goiás e as extremidades ocidentais do Maranhão quando o governo Médici, afastando a hipótese de uma reforma agrária, resolveu abrir a rodovia Transamazônica e iniciar a colonização oficial ao longo do seu percurso. (HÉBETTE, 2004, p. 191).

E continua,

No sudeste do Pará, esses migrantes compuseram a maioria. Ocuparam as terras devolutas nas matas do Tocantins e Araguaia e tornaram-se posseiros. No início, delimitavam seus lotes em função de suas necessidades familiares, contando com a abundância de terras públicas para atender a [às] suas necessidades futuras; passaram, posteriormente, a adotar o módulo de cem hectares definido pelo INCRA para a região. Encontraram, porém, gente com outros interesses e outras ambições; essa mesma classe de gananciosos que os tinha expulsado do Nordeste, do Centro-sul, os acompanhara na sua trajetória. Nunca satisfeitos, alimentados pela ânsia de ampliar sem fim suas posses, fazendeiros, especuladores, grileiros, disputavam-lhes as terras públicas para criar novos latifúndios de 5.000, 10.000, 50.000 ou 100.000 ha. Com graus menor ou maior de violência e de forma variada, pressionavam os pequenos: aproveitavam necessidades financeiras dos lavradores (doenças ou má safras) para negociarem lotes a vil preços; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos no INCRA, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemoriza-los ou oficial de justiça para os expulsar; contratavam pistoleiros para matar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio Ministério da Reforma Agrária (MIRAD), na sua fase inicial, levantaram a relação das vítimas conhecidas, mortas ou feridas; outras vítimas constam apenas do martirologio dos desaparecidos anônimos. (HÉBETTE, 2004, p. 192).

Partindo da perspectiva de Hébette (2004), entende-se que o projeto de desenvolvimento proposto para Amazônia não tinha o intuito de democratizar o acesso à terra, mas torná-la prisioneira do capital especulativo. Por esse processo de ocupação do espaço amazônico surgiu uma questão agrária no sul e sudeste do Pará problematizada a partir das edificações capitalistas que têm sido incorporadas na captura dos recursos naturais.

De forma contrária a essas forças hegemônicas, emerge a luta camponesa pelo acesso à terra, a qual se intensifica a partir das décadas pós 1990. Diante de massacres e violentos despejos, muitos camponeses conseguiram suas propriedades constituindo um mosaico de territórios em resistência ao poder hegemônico capitalista.

Atualmente, a territorialidade camponesa no sul e sudeste paraense apresenta algumas singularidades importantes, tal qual demonstram Bringel, Neves e Brito (2017, p. 160).

É sob a emergência desses signos que a luta pela terra se territorializa no Sul e Sudeste do Pará, agora por meio de um novo conteúdo. [...]desvelam-se componentes diferentes no processo de reprodução do campesinato na fronteira de acumulação. Elementos como a dimensão familiar no enfrentamento (entram o homem, a mulher, as crianças, os velhos, as plantas e os animais), no projeto e na gestão coletiva (não são mais só os homens sob o comando do pai de família na busca pelo lote), do componente de gênero (busca pela equivalência entre os homens e mulheres nas relações de poder), do binômio vila-lote agrícola (na superação do isolamento do lote, buscando soldar as relações comunitárias e a possibilidade de acionar mais facilmente os componentes de lazer e sociabilidade em geral) e da construção de um novo saber (que possibilite a superação de velhos esquemas de olhar e entender o mundo para além daquele forjado na Europa ocidental, que vê na natureza uma inimiga real e em potencial).

Ao pensar o sul e sudeste do Pará pelo prisma da fronteira de acumulação, os autores entendem novos elementos no processo de territorialização camponesa nessa parte da Amazônia. Destacamos o papel que as mulheres têm frente aos movimentos e organizações sociais, assumindo poder de decisão na luta pela terra-território. Tais elementos têm sido importantes para a territorialização camponesa, reforçando a importância da luta pela terra, engendrando formas de resistências que garantem a reprodução social do campesinato amazônico/brasileiro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Contrário acerca dos empreendimentos capitalistas que são lançados para Amazônia, emergem os levantes populares via ação camponesa na luta da terra-território. Os trabalhadores camponeses atrelados aos movimentos sociais e entidades políticas reivindicam o direito à terra, questionando o modelo conservador de dominação e concentrador.

A partir do final do século XX, os conflitos agrários na Amazônia tomam novos contornos no que se refere a visibilidade política que as categorias camponesas assimilam em suas territorialidades, lutando não somente por terra, mas também pelo território, ampliando as pautas reivindicatórias e as bandeiras de luta no campo (ALMEIDA, 2004).

A luta pela terra-território tem reconfigurado o debate acerca da questão agrária, expandindo novas frentes de conflitos fundiários e agrários. *A violência e a expropriação* ainda são características marcantes da questão agrária na atualidade, contudo, emergem outras particularidades, como a etnização e a ambientalização das lutas sociais no campo (ALMEIDA, 2004, CRUZ, 2014), dando maior visibilidade às territorialidades que surgem das identidades territoriais – quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, entre outras.

Observamos que a luta pela terra e território apresenta novos elementos sociais, políticos e culturais. Antes, a territorialização camponesa ocorria, preferencialmente, a partir dos homens, chefe da família, enfrentando os riscos do conflito e as condições precárias de vida nos acampamentos, somente depois de um tempo mandavam buscar mulheres e filhos, mas essa realidade mudou. Hoje a família enfrenta esse desafio em conjunto, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos reúnem-se e formam grupos, comunidades que unidos reforçam a luta e a resistência, organizando-se e formando associações e, a partir delas,

ganhando maior visibilidade, reivindicando seus direitos não só pela terra, mas pela dignidade.

Os camponeses migrantes trazem consigo uma espécie de “bagagem”, sua territorialidade, seus costumes, crenças e cultura, uma marcante hereditariedade da luta por terra e território, por seus direitos à cidadania, à infraestrutura, à educação, à saúde, à segurança e ao transporte, o mínimo para sobreviver que lhes é negado.

Para a sobrevivência e persistência na terra não basta somente a terra, são necessários o crédito, o financiamento, fomentos para que esses trabalhadores não só sobrevivam da agricultura, mas que façam da terra o futuro para si e para seus filhos, e da terra possam viver, produzir, comercializar seus produtos e, por fim, alcançar o direito a uma vida digna no campo.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ALMEIDA, A. W. B. “Processos de territorialização e movimentos sociais na Amazônia.” In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 163-172.

\_\_\_\_\_ & MARIN, R. A. “Campanhas de desesterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras.” In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

ALMEIDA, R. H. *Territorialização do campesinato no sudeste do Pará*. Belém: NAEA, 2012.

BRINGEL, F. O., NEVES, E. C. C., BRITO, A. E. M. C. de. “Eles não vieram, eles chegaram: a territorialização dos camponeses no sudeste do Pará na Palmares II” – Parauapebas. *Campo – Território: Revista de Geografia Agrária*, 12(27 Ago.) 2018.

CASTRO, E. “Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea.” In.: BOLLE, W. et Al. (ORGs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

COSTA, F. A P. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

CRUZ, V. C. “Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia.” In: SILVA, O. A. et Al. (Orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 37-72.

FERNANDES, B. M. “Transformações no Brasil agrário nas fases neoliberais e pós-liberais: construindo uma política agrária para um desenvolvimento sustentável.” In.:

SUERTEGARAY, D. M. A. (ORGs.). *Geografia e conjuntura brasileira*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017, p. 75-111.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. “Dieztesis urgentes sobre elnuevoextractivismo. Contextos y demandas bajo el progressismo sudamericanoactual.” In: VVAA. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito-Montevideo: CAAP e CLAES, 2009, p. 187-225.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HÉBETTE, J. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.

HURTIENNE, T. *Agricultura familiar na Amazônia oriental. Uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas*. Novos Cadernos NAEA, vol. 2, nº 1 – dezembro de 1999.

LOUREIRO, V. R. *Amazônia: Estado-Homem-Natureza*. 2º Ed. Belém: Cejup, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LUXEMBURG, R. *A acumulação do capital*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Editora Huncitec, 1980.

\_\_\_\_\_. *Os Camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MBEMBE, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Traduzido por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições.

MUSUMECI, L. *O mito da terra liberta*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 1985. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção Caminhos da geografia)

SVAMPA, M. *Consenso de los Commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico em América Latina*. OSAL Observatório Social de América Latina. Año XIII Nº 32 / publicación semestral / noviembre de 2012.

PAULINO, E. T. et. Al. *As resistências e os limites do modelo primário exportador no Brasil*. GEONORDESTE (UFS), v. 26, p. 308-318, 2015.

ZIBECHI, R. El estado de excepción como paradigma político deextractivismo. In.: COMPOSTO, C. & NAVARRO, M. L. (Compiladoras). *Territoriosen disputa. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina*. -1ª ed.- México, D. F.: Bajo Tierra Ediciones, 2014.

\_\_\_\_\_. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americana*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

---

**Informações sobre os autores:**

**Rafael Benevides de Sousa**

Professor Adjunto do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FCH/IETU/Unifesspa). benevidessousa@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6084-2486>

**Jéssica Paulino dos Santos**

Discente do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FCH/IETU/Unifesspa). jessicapaulino545@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4132-8240>

**Kelly Cristina Martins Fonseca dos Santos**

Discente do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, do Instituto de Estudos do Trópico Úmido, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FCH/IETU/Unifesspa). E-mail: kellycristinamfs12@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4213-9441>

Artigo recebido em 31/05/2020 e aceito em 04/06/2020